CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DE TROMBAS

ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026

CADERNO DE PROVA

CARGO: **CONTROLADOR INTERNO**
NÍVEL: **ENSINO SUPERIOR**
TURNO: Manhã ( ) / Tarde ( )
PROVA TIPO: 18 - Amarela
FRASE: Sucesso, vem depois de trabalho, até mesmo no dicionário!

INSTRUÇÕES GERAIS

---

1. VERIFICAÇÃO DO MATERIAL:
   - Verifique se este caderno de questões contém um total de 19 páginas e 40 questões de múltipla escolha devidamente numeradas.
   - Caso o caderno esteja incompleto, com falhas de impressão ou com qualquer defeito, solicite imediatamente a substituição ao fiscal de sala.
2. PREENCHIMENTO DOS DADOS E CARTÃO-RESPOSTA:
   - Escreva seu nome completo, número de inscrição e assine nos campos indicados acima e também no Cartão-Resposta (Folha de Respostas).
   - O preenchimento das respostas deve ser feito exclusivamente com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente.
   - Não serão computadas questões com emendas, rasuras ou dupla marcação.
3. TEMPO DE PROVA E PERMANÊNCIA:
   - A duração total desta prova é de 03 (três) horas] já incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.
   - O candidato só poderá se retirar definitivamente da sala de aplicação após decorridas 01 (uma) hora do início da prova.
   - Somente será permitido levar este caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos] anteriores ao término regulamentar da prova.
4. DISCIPLINA E SEGURANÇA:
   - É terminantemente proibido manter em posse qualquer aparelho eletrônico (como celulares, relógios inteligentes, calculadoras) ligado ou desligado. Todos os dispositivos devem ser guardados em embalagem porta-objetos lacrada.
   - Não é permitida qualquer espécie de consulta (livros, códigos, anotações) ou comunicação entre os candidatos durante a realização do exame.
   - O descumprimento de qualquer uma das normas deste caderno ou do edital implicará a eliminação sumária do candidato.

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA INICIAR A ABERTURA DESTE CADERNO.

ENSINO SUPERIOR

QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Questão 01. Leia o texto:

A precisão de uma linguagem não decorre necessariamente de sua dificuldade. Em certos contextos, sobretudo naqueles em que um texto precisa orientar condutas, estabelecer procedimentos ou definir direitos e obrigações, a complexidade vocabular pode produzir precisamente o efeito contrário daquele que se pretendia alcançar. Uma formulação tecnicamente sofisticada, se não delimitar com clareza aquilo que pretende regular, pode ser menos precisa que uma formulação linguisticamente simples. Isso não significa que a linguagem técnica deva abandonar seus termos especializados. O problema não está na especialização em si, mas no emprego de palavras ou construções cuja interpretação não possa ser estabilizada pelo contexto. A simplificação adequada, nesse sentido, não equivale à vulgarização: trata-se de retirar obstáculos desnecessários à compreensão sem eliminar as distinções conceituais de que depende a precisão. Por isso, clareza e precisão não devem ser entendidas como qualidades concorrentes. Em determinadas situações, tornar uma formulação mais clara é justamente torná-la mais precisa, porque reduz a margem de interpretações incompatíveis com aquilo que se pretende comunicar. Considerando a estrutura argumentativa do texto, assinale a alternativa que identifica corretamente a relação estabelecida entre clareza e precisão:

A) A clareza é apresentada como uma qualidade subordinada à precisão técnica, pois simplificar uma formulação pode comprometer necessariamente a exatidão conceitual.

B) A precisão depende da utilização de vocabulário especializado, de modo que a linguagem comum somente pode ser considerada precisa quando reproduz a terminologia técnica de determinada área.

C) Clareza e precisão podem convergir, porque a eliminação de ambiguidades e obstáculos desnecessários à compreensão pode aumentar a exatidão daquilo que o texto comunica.

D) Clareza e precisão são consideradas qualidades incompatíveis nos textos técnicos, uma vez que a primeira privilegia a compreensão do leitor enquanto a segunda privilegia a terminologia especializada.

E) A clareza é definida como redução da complexidade vocabular, independentemente da área de conhecimento ou das distinções conceituais envolvidas.

Questão 02. “A crônica moderna é um gênero anfíbio: navega entre o jornalismo e a literatura. Partindo de um fato cotidiano, geralmente efêmero, o cronista imprime uma reflexão lírica ou crítica, transformando o banal em matéria de arte literária sem perder o vínculo com a atualidade imediata.” Fonte: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1992, p. 15. Assinale a opção que caracteriza corretamente o gênero crônica:

A) Trata-se de um tratado científico de alta densidade matemática, publicado em periódicos de circulação internacional restrita.

B) Configura-se como gênero híbrido que transita entre o fato jornalístico cotidiano e a expressão literária reflexiva.

C) É um relatório técnico de auditoria contábil exigido por órgãos de controle fiscal federal.

D) Restringe-se à narração épica de grandes batalhas históricas da antiguidade clássica.
E) Caracteriza-se pela completa desvinculação da realidade empírica e do tempo presente.

Questão 03. Leia e responda:
O hífen constitui uma das áreas em que a ortografia revela com maior nitidez a diferença entre a estrutura linguística e sua representação convencional. A presença ou ausência do sinal não pode ser determinada por uma única regra mecânica, porque o Acordo Ortográfico distribui seus critérios segundo a configuração do prefixo, a letra inicial do segundo elemento e, em determinados casos, a tradição de determinadas formações. Em consequência, palavras formadas por prefixação podem apresentar comportamentos aparentemente semelhantes, mas ortograficamente distintos. A análise adequada exige identificar a fronteira morfológica relevante antes de decidir pelo emprego do hífen. Julgue os itens:
I. Em *micro-ondas* e *anti-inflamatório*, o hífen é empregado porque o elemento prefixal termina por vogal e o segundo elemento começa pela mesma vogal.
II. Em *antirracista* e *ultrassom*, a duplicação da consoante decorre da regra segundo a qual, nos casos em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, não se emprega hífen e duplica-se a consoante inicial.
III. Em *vice-presidente*, o hífen é facultativo, pois a norma atual determina que os prefixos terminados em vogal sejam sempre aglutinados ao segundo elemento.
Assinale a sequência correta.
A) V — V — V
B) V — V — F
C) V — F — V
D) F — V — F
E) F — F — V

Questão 04. Considere o excerto e responda:
“A coesão referencial assegura a continuidade do texto por meio de remissões a elementos já introduzidos (anafóricos) ou a serem introduzidos (catafóricos), utilizando-se de pronomes, sinônimos, hiperônimos ou elipses.” **Fonte**: KOCH, Ingedore G. Villaça. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 52. No trecho: *“O Estado implementou novas diretrizes fiscais. Estas visam a conter o déficit público, o qual tem desafiado os economistas”*, os elementos coesivos destacados exercem, respectivamente, função de:
A) 1. Catáfora e anafórica relacional.
B) 2. Anafórica por retomada direta e coesão interfrásica por pronome relativo anafórico.
C) 3. Exofórica situacional e conector adversativo.
D) 4. Elipse verbal e conjunção integrante subordinativa.
E) 5. Substituição lexical estrita e operador de contraste lógico.

Questão 05. Leia o texto e responda:
“A concordância verbal rege o princípio da harmonia numérica e pessoal entre o núcleo do sujeito e a forma verbal correspondente, ressalvadas as construções com sujeitos compostos por sinônimos ou gradação.” Fonte: BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. Assinale a alternativa em que a concordância verbal obedece rigorosamente às exigências da norma-padrão:
A) *Fazem* dez anos que a nova lei tributária foi promulgada no país.
B) *Devem existir* mecanismos mais eficientes para o controle da arrecadação.
C) *Houveram* muitos protestos contra o aumento das taxas alfandegárias.
D) Mais de um auditor *conferiram* os demonstrativos contábeis da empresa.
E) *Tratam-se* de questões complexas relativas à regência fiscal municipal.

Questão 06. “A resistência democrática impõe-se àqueles que pretendem submeter a República aos interesses corporativos. Daqui a alguns anos, a história julgará severamente a condescendência daqueles que se omitiram frente à escalada autoritária.” Fonte: FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 305. Tendo por base o emprego do acento grave indicativo de crase no texto e nas regras gramaticais correlatas, assinale a assertiva correta:
A) O emprego da crase em “àqueles” justifica-se pela fusão da preposição “a”, exigida pelo verbo “impor-se” (impor-se a alguém), com a vogal inicial “a” do pronome demonstrativo “aqueles”.
B) A ocorrência em “à escalada” é facultativa, pois o substantivo feminino “escalada” é precedido por artigo definido cuja supressão não altera o sentido geral da oração.
C) Na expressão temporal “Daqui a alguns anos”, o uso da crase seria obrigatório caso o pronome “alguns” estivesse no singular, indicando distância exata no passado.
D) A crase em “frente à” decorre exclusivamente da regência do advérbio de lugar “frente”, que por si só exige preposição sem o concurso de nenhum outro fator sintático.
E) O vocábulo “República” aceitaria o uso opcional da crase caso viesse desacompanhado de artigo definido na estrutura de regência verbal anterior.

Questão 07. “As orações coordenadas sindéticas explicativas exprimem uma justificativa uma razão da declaração feita na oração anterior. Já as conclusivas exprimem uma consequência deduzida da oração anterior.” Fonte: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008, p. 598. Com base na doutrina de Celso Cunha e Lindley Cintra sobre as orações coordenadas sindéticas, julgue os itens a seguir em Verdadeiro (V) ou Falso (F):
1. ( ) A oração introduzida pela conjunção “pois”, quando colocada após o verbo da oração principal com valor explicativo, equivale semanticamente a uma oração subordinada causal.
2. ( ) As orações coordenadas conclusivas introduzidas por “logo” ou “portanto” podem vir antecipadas à oração que encerra a causa, mantendo inalterada a classificação sintática de conclusiva.
3. ( ) A coordenação sindética explicativa diferencia-se estruturalmente da subordinada causal porque aquela possui natureza puramente argumentativa e dialógica de justificativa de um ato de fala, enquanto esta subordina formalmente o fato causal ao efeito.
Assinale a opção que apresenta a sequência correta:
A) V – F – V
B) V – V – V
C) F – V – F
D) V – F – F
E) F – F – V

Questão 08. Leia o fragmento de Machado de Assis:
“Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos” Fonte: ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. II, “O emplasto”. Julgue as afirmações sobre o valor semântico das expressões destacadas no contexto apresentado.
I. No contexto, “todavia” estabelece uma relação de oposição ou contraste com o conteúdo anteriormente afirmado.
II. A substituição de “todavia” por “portanto” preservaria a relação lógico-semântica do período, pois ambos introduzem uma conclusão decorrente da proposição anterior.
III. No contexto, “pecuniárias” significa “relativas a valores financeiros ou monetários”.
IV. A substituição de “vantagens pecuniárias” por “benefícios financeiros” preserva, no contexto, o núcleo semântico da expressão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de julgamento das afirmações:
A) V – V – F – V
B) V – F – V – V
C) F – F – V – V
D) V – F – F – V
E) F – V – V – F

QUESTÕES DE MATEMÁTICA, INFORMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 09. Um almoxarifado recebeu 720 unidades de óculos de proteção. Inicialmente, destinou 3/8 desse quantitativo às unidades operacionais. Na conferência do material restante, constatou que uma fração igual a 4% apresentava avarias, sendo essas unidades retiradas do estoque disponível. O estoque disponível será distribuído integralmente em caixas, todas devendo estar com a mesma quantidade de óculos, a fim de facilitar o controle de estoque. Cada caixa comporta no máximo 50 unidades. Qual é a maior quantidade de óculos que poderá ser colocada em cada caixa, considerando que todas deverão possuir a mesma quantidade?

A) 36 unidades.

B) 45 unidades.

C) 50 unidades.

D) 27 unidades.

E) 48 unidades.

Questão 10. Uma equipe formada por oito servidores, trabalhando seis horas por dia durante cinco dias, realizou a conferência de 1.200 registros. Todos apresentaram a mesma produtividade por hora de trabalho. Para conferir um novo lote de 2.880 registros de complexidade equivalente, serão disponibilizados dez servidores, com jornada de oito horas diárias. Uma ferramenta de apoio elevará em 20% a produtividade por servidor e por hora, em comparação com a situação inicial. Admitindo produtividade constante e trabalho simultâneo dos servidores, qual é a duração da conferência, expressa em dias de jornada de oito horas?

A) 6 dias.

B) 7,2 dias.

C) 5,76 dias.

D) 8 dias.

E) 10 dias.

Questão 11. O custo inicialmente estimado para a aquisição de um conjunto de equipamentos era de R$ 200.000,00. Uma atualização de preços elevou essa estimativa em 20%. Na negociação seguinte, o fornecedor concedeu desconto de 15% sobre o valor atualizado. Posteriormente, a inclusão de acessórios gerou um acréscimo percentual calculado sobre o valor obtido após o desconto. Com esse último ajuste, o custo total passou a ser de R$ 224.400,00. Qual foi a taxa percentual do acréscimo decorrente da inclusão dos acessórios? Se necessário, arredonde o percentual para duas casas decimais.

A) 10,20%.

B) 8,50%.

C) 9,09%.

D) 10,00%.

E) 7,20%.

Questão 12. Um analista dividiu R$ 30.000,00 em duas parcelas positivas. A primeira foi aplicada a juros simples de 1,4% ao mês, e a segunda, a juros compostos de 2,5% ao mês, com capitalização mensal. As aplicações permaneceram por dez meses completos, sem aportes ou retiradas. Ao final, a soma dos juros produzidos foi de R$ 5.600,00. Desconsidere tributos e tarifas. Para todos os cálculos desta questão, adote a aproximação $(1{,}025)^{10} = 1{,}28$. Qual foi o capital destinado à aplicação a juros simples?

A) R$ 10.000,00.

B) R$ 20.000,00.

C) R$ 15.000,00.

D) R$ 17.272,73.

E) R$ 28.771,93.

Questão 13. Um projeto prevê um jardim retangular com área de 189 m². Ao redor de todo o jardim será construída uma faixa de circulação externa de largura uniforme igual a 2 m, de modo que o conjunto formado pelo jardim e pela faixa também seja retangular. A área ocupada apenas pela faixa será de 136 m². A faixa acompanhará integralmente os quatro lados do jardim, incluindo as regiões dos cantos. Qual é a medida do maior lado do jardim, antes da construção da faixa?

A) 9 m.

B) 25 m.

C) 13 m.

D) 63 m.

E) 21 m.

Questão 14. Uma unidade mantém documentos em computadores conectados à rede e em uma pasta sincronizada com um serviço de armazenamento em nuvem. Em um incidente de *ransomware,* arquivos locais foram criptografados, e as versões alteradas foram propagadas pela sincronização. Considere que o serviço não disponibilizava histórico de versões recuperáveis. Após conter o incidente, a unidade pretende adotar uma medida que preserve cópias utilizáveis para recuperar os documentos caso um evento semelhante ocorra novamente. Qual procedimento atende adequadamente a esse objetivo?

A) Espelhar os documentos em outra pasta sincronizada, com propagação automática das alterações e substituição dos arquivos anteriores a cada sincronização.

B) Produzir cópias criptografadas em uma pasta de rede, permitindo sua sobrescrita pelas mesmas contas de usuário que acessam os documentos originais.

C) Gravar cópias semanais em uma unidade externa, mantendo-a conectada à rede e substituindo integralmente a cópia anterior em cada execução.

D) Manter backups com versões anteriores e uma cópia desconectada da rede, verificando periodicamente a integridade dos arquivos e sua restauração.

E) Arquivar cópias mensais em uma pasta compartilhada, concedendo às contas de uso diário permissão de gravação e exclusão sobre os arquivos.

Questão 15. Considere as proposições simples p: “O processo está instruído” e q: “O parecer foi emitido”. Uma regra de acompanhamento é representada por $S = p \rightarrow q$, lida como “Se o processo está instruído, então o parecer foi emitido”. Considerando todas as quatro combinações de valores lógicos de p e q, qual alternativa apresenta uma expressão equivalente a $\neg S$ e o número de linhas em que essa negação é verdadeira?

A) $(\neg p \wedge q)$; uma linha.

B) $(p \wedge \neg q)$; uma linha.

C) $(\neg p \vee q)$; três linhas.

D) $(\neg p \wedge \neg q)$; uma linha.

E) $(p \vee \neg q)$; três linhas.

QUESTÃO DE ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Questão 16. Uma servidora ocupante de cargo público no Poder Executivo federal exerce função relacionada à análise e fiscalização de projetos de engenharia. Paralelamente às suas atribuições públicas, mantém participação societária em empresa privada de consultoria técnica. Determinada construtora que possui interesse em decisões administrativas do órgão público contrata a empresa da servidora para elaborar projetos que posteriormente serão submetidos à análise do próprio órgão. Embora a servidora não assine formalmente todos os pareceres administrativos, participa do procedimento e possui influência sobre a análise técnica dos projetos produzidos por sua empresa. A agente sustenta que não existe conflito porque os trabalhos privados são realizados fora do horário de expediente e porque ela não recebe remuneração diretamente do órgão público pela atividade privada. Considerando a

disciplina do conflito de interesses, assinale a alternativa correta. **Fonte**: BRASIL. *Lei n.º 12.813, de 16 de maio de 2013.* Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal. Brasília, DF: Presidência da República. Arts. 3º a 5º.

A) A realização da atividade privada fora do horário de expediente afasta o conflito de interesses, pois a incompatibilidade somente existe quando há utilização direta da jornada de trabalho para obtenção de vantagem particular.
B) A inexistência de pagamento diretamente pelo órgão público elimina o conflito, ainda que a empresa privada da servidora mantenha relação econômica com pessoa jurídica interessada em decisão administrativa na qual ela possa atuar.
C) A situação pode configurar conflito de interesses porque a legislação considera relevante o confronto entre interesses públicos e privados e alcança situações em que a atividade privada se relaciona com interesses sujeitos à atuação do agente público.
D) A configuração do conflito depende obrigatoriamente da comprovação de dano financeiro ao patrimônio público, sendo insuficiente a existência de interesses privados potencialmente incompatíveis com a função pública.
E) A participação societária em empresa privada é sempre incompatível com o exercício de cargo público no Poder Executivo federal, independentemente da natureza das atribuições exercidas pelo agente.

QUESTÕES DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE GOIÁS

Questão 17. A transformação do espaço agrário goiano, especialmente a partir da segunda metade do século XX, esteve relacionada à expansão das técnicas modernas de produção e à incorporação do Cerrado aos circuitos agrícolas nacionais e internacionais. A utilização de correção da acidez do solo, fertilização, mecanização e seleção de cultivares ampliou a possibilidade de exploração agrícola de áreas anteriormente consideradas pouco favoráveis à agricultura comercial. Esse processo alterou a organização produtiva e espacial de Goiás, mas também produziu efeitos relacionados à concentração fundiária, à substituição de vegetação nativa e às mudanças nos modos de vida rurais. Paralelamente, conflitos anteriores pela posse da terra constituem parte da história agrária do Estado. **Fonte:** GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**.** *Geografia de Goiás:* clima, vegetação e hidrografia**.** Goiânia: Governo do Estado de Goiás,2024. Considerando essas transformações, assinale a alternativa correta:
A) A modernização agrícola do Cerrado ocorreu principalmente pela substituição das técnicas científicas por métodos tradicionais, pois a mecanização apresentou pouca importância na transformação produtiva de Goiás.
B) A expansão da agricultura mecanizada eliminou os conflitos relacionados à estrutura fundiária, uma vez que a modernização tecnológica produziu necessariamente distribuição mais equilibrada da propriedade rural.
C) As características naturais do Cerrado impediram a expansão das lavouras comerciais mecanizadas, fazendo com que a produção agrícola permanecesse predominantemente voltada ao autoconsumo.
D) A modernização agrícola ocorreu sem alterações ambientais significativas, pois a substituição da vegetação nativa por áreas produtivas não interfere nos processos hidrológicos, na biodiversidade ou na conservação dos solos.
E) A transformação agrícola do Cerrado esteve associada à adoção de técnicas capazes de superar limitações naturais dos solos e à integração de Goiás aos circuitos produtivos nacionais, acompanhada de significativas transformações socioambientais.

Questão 18. A localização de Goiás no Planalto Central possui implicações relevantes para a organização hidrográfica e territorial do Estado. O território goiano apresenta áreas de nascentes e divisores de águas relacionados a importantes sistemas hidrográficos brasileiros, o que contribui para compreender sua relevância ambiental e econômica. Essa condição física também se relacionou historicamente aos processos de ocupação, circulação e aproveitamento dos recursos naturais. Na contemporaneidade, as redes de transporte e as atividades agropecuárias passaram a utilizar diferentes corredores de circulação, articulando o território goiano aos mercados nacionais. Fonte: IBGE. Atlas Geográfico Escolar**.** 9. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.Considerando a relação entre características físicas e organização territorial, assinale a alternativa correta:

A) A posição de Goiás no Planalto Central confere ao Estado importância hidrográfica, mas não permite estabelecer qualquer relação entre divisores de águas, ocupação territorial e organização das atividades econômicas.

B) A rede hidrográfica de Goiás integra exclusivamente o sistema da Bacia do Paraná, não existindo participação territorial significativa em sistemas hidrográficos relacionados ao Tocantins-Araguaia.

C) O relevo predominante do Estado impede a formação de rios de importância regional, razão pela qual os recursos hídricos exercem função secundária na organização espacial goiana.

D) A posição de Goiás no Planalto Central favorece a presença de áreas de nascentes e divisores hidrográficos associados a diferentes bacias, condição que contribui para sua relevância ambiental e para a organização territorial.

E) A posição central de Goiás explica sua formação territorial principalmente pela navegação marítima, pois os primeiros processos de ocupação ocorreram a partir de rotas oceânicas que penetraram diretamente no interior do Estado.

Questão 19. A construção de Goiânia esteve inserida em um contexto histórico marcado por projetos de modernização política e econômica. A transferência da capital representou mais do que uma simples mudança administrativa de localização. O projeto envolveu uma nova concepção de cidade, circulação, planejamento urbano e reorganização das relações políticas estaduais. A iniciativa também dialogava com transformações ocorridas no Brasil durante a Era Vargas e com a política de integração do interior. A nova capital tornou-se importante centro de articulação política, administrativa e econômica. Posteriormente, sua expansão esteve relacionada ao crescimento populacional e à ampliação das redes de transporte. Fonte: CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2014.Considerando a interpretação histórica desse processo, assinale a alternativa correta:

A) A construção de Goiânia representou somente uma mudança administrativa de endereço, sem interferir significativamente nas relações políticas, econômicas e territoriais do estado.

B) A transferência da capital ocorreu exclusivamente por razões climáticas e ambientais, sem relação com projetos políticos e econômicos desenvolvidos no período.

C) A construção de Goiânia interrompeu a integração de Goiás com o restante do país, pois concentrou as atividades econômicas exclusivamente na nova capital.

D) O processo de construção da nova capital somente adquiriu importância histórica após a inauguração de Brasília, quando Goiânia passou a exercer funções administrativas federais.

E) Goiânia foi planejada dentro de um projeto de modernização que envolveu reorganização política e territorial, novas formas de circulação e fortalecimento da integração de Goiás com outras regiões.

Questão 20. A construção de Brasília, inaugurada em 1960, provocou mudanças importantes na dinâmica territorial do Centro-Oeste. A posição geográfica de Goiás contribuiu para que o estado assumisse papel estratégico na circulação entre diferentes áreas do território brasileiro. A expansão da rede rodoviária favoreceu deslocamentos populacionais e ampliou a circulação de mercadorias. Ao mesmo tempo, novas áreas passaram a integrar circuitos de produção agrícola e pecuária voltados para mercados mais amplos. Municípios próximos ao Distrito Federal também experimentaram mudanças demográficas e econômicas. Esse processo não ocorreu de maneira homogênea, produzindo diferentes formas de integração territorial. Fonte: BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora UFG.2014. Com base nesse processo histórico-geográfico, assinale a alternativa correta:
A) A construção de Brasília produziu efeitos restritos ao Distrito Federal, sem modificar significativamente os fluxos populacionais, econômicos ou rodoviários existentes no território goiano.
B) Brasília reforçou processos de integração territorial do Centro-Oeste, enquanto a expansão das rodovias e das atividades econômicas contribuiu para ampliar os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais em Goiás.
C) A construção de Brasília provocou o isolamento de Goiás, pois concentrou os investimentos federais exclusivamente na nova capital e reduziu a circulação econômica entre os municípios.
D) A nova capital federal provocou a interrupção da urbanização goiana, deslocando definitivamente os principais centros econômicos para o Distrito Federal.
E) Os impactos de Brasília limitaram-se ao setor administrativo, não apresentando relação significativa com a expansão agrícola, rodoviária e urbana observada posteriormente.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

Questão 21. Durante a elaboração do orçamento anual de um município, a equipe técnica identificou que determinada despesa prevista no planejamento não possuía dotação suficiente na Lei Orçamentária Anual. Ao mesmo tempo, outra unidade solicitou a inclusão de uma nova ação governamental não prevista inicialmente, alegando relevância social. Considerando os princípios e instrumentos da Administração Financeira e Orçamentária, analise as assertivas:
I. A Lei Orçamentária Anual deve estimar as receitas e fixar as despesas para o exercício financeiro.
II. A realização de despesa pública, em regra, depende de prévia autorização orçamentária e disponibilidade de crédito.
III. A abertura de créditos adicionais pode ser utilizada para reforçar dotações insuficientes ou atender despesas não previstas originalmente, conforme as hipóteses legais.
IV. O princípio da universalidade permite que determinadas receitas e despesas sejam excluídas da lei orçamentária por decisão discricionária do gestor.
V. O planejamento orçamentário brasileiro articula instrumentos como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I e II estão corretas.
B) Apenas I, II e III estão corretas.
C) Apenas I, II, III e V estão corretas.
D) Apenas II, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 22. Durante a execução orçamentária de um município, a equipe da Secretaria de Finanças analisou três situações:

1. A previsão, para os próximos quatro anos, de programas e investimentos estratégicos;
2. A definição das metas e prioridades para o exercício seguinte e das orientações para elaboração do orçamento anual;
3. O pagamento de uma despesa já empenhada e liquidada após a comprovação da entrega do bem contratado.

Com base nos instrumentos de planejamento e nos estágios da receita e da despesa pública, analise as assertivas:

I. O Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para despesas de capital e outras delas decorrentes, além de programas de duração continuada.

II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende metas e prioridades da Administração, orienta a elaboração da LOA e trata de matérias fiscais previstas na legislação.

III. A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro.

IV. Na despesa pública, a sequência ordinária dos estágios é empenho, liquidação e pagamento.

V. Na receita pública, a arrecadação ocorre antes do lançamento em todos os casos, sem exceção.

Assinale a alternativa correta:

A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, III e IV estão corretas.
C) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
D) Apenas II, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 23. Ao encerrar o exercício financeiro, um município identificou três situações distintas:

1. Determinada despesa havia sido regularmente empenhada, mas ainda não estava paga até 31 de dezembro;
2. Surgiu uma despesa urgente e imprevisível decorrente de calamidade pública, sem dotação orçamentária específica;
3. Foi reconhecida, no exercício atual, uma obrigação referente a exercício anterior que não havia sido processada oportunamente.

Com base na legislação orçamentária, analise as assertivas:

I. A despesa regularmente empenhada e não paga até o encerramento do exercício pode ser inscrita em restos a pagar.

II. Créditos extraordinários destinam-se a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

III. Créditos suplementares destinam-se ao reforço de dotação orçamentária já existente.

IV. Despesas de exercícios anteriores correspondem, necessariamente, a despesas que foram empenhadas no exercício anterior e inscritas em restos a pagar.

V. Restos a pagar podem ser classificados em processados e não processados, conforme tenha ocorrido ou não a liquidação da despesa.

Assinale a alternativa correta:

A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II, III e V estão corretas.
C) Apenas II, IV e V estão corretas.
D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 24. Analise as afirmativas:
I. O servidor público deve tratar os cidadãos com respeito e urbanidade.
II. Informações sigilosas podem ser divulgadas livremente entre servidores.
III. O servidor deve preservar o patrimônio público.
Está correto o que se afirma em:
A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) I e II apenas.
D) I e III apenas.
E) I, II e III.

Questão 25. Ao analisar a situação fiscal de determinado município, a equipe de controle interno constatou crescimento expressivo da dívida consolidada ao longo dos últimos exercícios. O prefeito argumentou que, por se tratar de investimento em infraestrutura, o endividamento poderia aumentar sem qualquer limitação legal. A equipe técnica, entretanto, destacou que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe regras para a gestão da dívida pública e que os limites não são definidos livremente por cada ente federativo. Com base na Lei Complementar n.º 101/2000, analise as assertivas:
I. A dívida consolidada ou fundada corresponde, em linhas gerais, ao montante das obrigações financeiras assumidas pelo ente público com prazo de amortização superior a doze meses, observadas as hipóteses legais.
II. Os limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios são fixados pelo Senado Federal.
III. O fato de o endividamento financiar obras de infraestrutura dispensa o ente público da observância dos limites e condições fiscais aplicáveis.
IV. Caso a dívida consolidada ultrapasse o respectivo limite ao final de um quadrimestre, o ente deverá adotar medidas para sua recondução aos parâmetros legais, nos termos da LRF.
V. A Lei de Responsabilidade Fiscal busca compatibilizar endividamento, equilíbrio das contas públicas e responsabilidade na gestão fiscal.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
D) Apenas II, III, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 26. Durante audiência pública em determinado município, cidadãos solicitaram acesso às informações sobre receitas arrecadadas, despesas realizadas, metas fiscais e execução orçamentária. Um gestor afirmou que a divulgação detalhada dessas informações seria facultativa e que bastaria publicar, ao final do exercício, um resumo geral das contas públicas. Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as assertivas:
I. A transparência da gestão fiscal pressupõe ampla divulgação de planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e relatórios fiscais.
II. A participação popular e a realização de audiências públicas integram mecanismos de transparência e controle da gestão fiscal.
III. A divulgação das informações fiscais pode ocorrer apenas ao final do exercício financeiro, não sendo necessária publicidade durante a execução orçamentária.
IV. A transparência deve permitir o acompanhamento da execução orçamentária e financeira pelo cidadão.
V. A utilização de meios eletrônicos de acesso público pode contribuir para ampliar a transparência fiscal.

Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
C) Apenas II, III e IV estão corretas.
D) Apenas I, III e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 27. Durante uma capacitação sobre responsabilidade fiscal, servidores municipais discutem dois importantes instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Um deles apresenta informações sobre a execução do orçamento, permitindo acompanhar receitas, despesas e resultados ao longo do exercício. O outro evidência, entre outros aspectos, limites e condições relacionados a despesas com pessoal, dívida consolidada, operações de crédito e garantias. Com base na Lei Complementar n.º 101/2000, analise as assertivas:
I. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) tem como finalidade acompanhar a execução orçamentária e deve ser publicado periodicamente ao longo do exercício.
II. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) está relacionado ao acompanhamento dos limites e condições estabelecidos pela LRF, incluindo despesas com pessoal e dívida pública.
III. O RREO e o RGF são documentos equivalentes, possuindo exatamente o mesmo conteúdo e a mesma finalidade.
IV. A divulgação desses relatórios contribui para a transparência e para o controle da gestão fiscal.
V. O RGF deve evidenciar informações relevantes para verificar o cumprimento de limites fiscais pelo ente público.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I e II estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
D) Apenas II, III e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 28. Durante o inventário patrimonial de um município, a equipe de contabilidade identificou imóveis, veículos, equipamentos, valores a receber, obrigações com fornecedores e dívidas de longo prazo. Um servidor afirmou que, para fins contábeis, patrimônio público corresponde apenas aos bens físicos pertencentes ao ente público. Com base nos conceitos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as assertivas:
I. O patrimônio público compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes ou vinculados à entidade pública.
II. Bens móveis, imóveis e valores a receber podem integrar o ativo patrimonial do ente público.
III. Obrigações e dívidas do ente público não integram o patrimônio, pois patrimônio é sinônimo de bens.
IV. O patrimônio líquido resulta, em termos contábeis, da diferença entre ativos e passivos.
V. A adequada evidenciação patrimonial contribui para o controle, a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos públicos.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
D) Apenas II, III e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 29. Durante a implantação de novos procedimentos contábeis em determinado município, a equipe técnica discutiu a necessidade de padronizar os registros relativos a ativos, passivos, variações patrimoniais, controles orçamentários e demais fatos contábeis. Um dos servidores afirmou que cada ente federativo poderia estruturar livremente seu plano de contas, sem observar qualquer padrão nacional, desde que mantivesse seus próprios demonstrativos.
Com base na Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no PCASP, analise as assertivas:
I. O PCASP busca padronizar os registros contábeis dos entes públicos, favorecendo a consolidação das contas públicas e a comparabilidade das informações.
II. O PCASP contempla contas de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
III. A utilização de estrutura padronizada impede qualquer detalhamento adicional pelos entes públicos.
IV. A adoção do PCASP contribui para maior transparência, uniformidade e qualidade das informações contábeis do setor público.
V. O PCASP auxilia na elaboração das demonstrações contábeis e na consolidação das contas dos diferentes entes da Federação.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
D) Apenas II, III e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 30. Ao final do exercício financeiro, a equipe de contabilidade de um município precisa analisar diferentes informações: a previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios financeiros, a composição dos ativos e passivos e as alterações ocorridas no patrimônio líquido em razão das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
Considerando os registros contábeis típicos do setor público e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, analise as assertivas:
I. O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, permitindo analisar a execução do orçamento.
II. O Balanço Financeiro evidencia os ingressos e dispêndios de recursos financeiros ocorridos no exercício, incluindo informações relacionadas às disponibilidades financeiras.
III. O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da entidade pública, demonstrando ativos, passivos e patrimônio líquido.
IV. A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – evidencia as alterações verificadas no patrimônio em decorrência das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
V. Os lançamentos contábeis no setor público limitam-se aos fatos orçamentários, não abrangendo fatos patrimoniais que não envolvam diretamente execução de receita ou despesa.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, III e IV estão corretas.
C) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
D) Apenas II, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 31. Durante uma auditoria em uma secretaria municipal, a equipe responsável identificou risco elevado de pagamentos indevidos em contratos administrativos. Para obter evidências suficientes e apropriadas, os auditores analisaram documentos, realizaram entrevistas, confrontaram registros contábeis com extratos bancários e

selecionaram uma amostra de processos para exame detalhado. Ao final, registraram os achados e formularam recomendações destinadas ao aperfeiçoamento dos controles internos. Com base nos princípios e procedimentos da auditoria governamental, analise as assertivas:
I. A obtenção de evidências suficientes e apropriadas constitui elemento essencial para fundamentar conclusões e achados de auditoria.
II. Técnicas como inspeção documental, confirmação, indagação, observação, recálculo e procedimentos analíticos podem ser utilizadas de acordo com o objetivo e o risco da auditoria.
III. A utilização de amostragem torna inválido o trabalho de auditoria, pois todos os documentos e operações devem ser obrigatoriamente examinados.
IV. Os achados de auditoria devem estar sustentados por evidências e relacionados aos critérios utilizados na avaliação.
V. A auditoria governamental pode contribuir não apenas para detectar irregularidades, mas também para avaliar controles, riscos e oportunidades de melhoria da gestão pública.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
D) Apenas II, III, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 32. Um município pretende contratar solução tecnológica complexa para integrar os sistemas de saúde, educação e assistência social. A Administração constatou que não consegue definir, sozinha e previamente, os meios técnicos capazes de atender plenamente às suas necessidades. Por isso, pretende dialogar com licitantes previamente selecionados para desenvolver alternativas aptas a solucionar o problema e, ao final, receber propostas finais. Com base na Lei n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:
A) A modalidade adequada é o pregão, porque toda contratação de bens e serviços deve ocorrer por essa modalidade.
B) A situação descrita caracteriza hipótese típica de concurso, pois envolve escolha de solução técnica.
C) A modalidade adequada pode ser o diálogo competitivo, utilizado em contratações nas quais a Administração necessita desenvolver, com licitantes selecionados, alternativas capazes de atender às suas necessidades.
D) A Administração deverá utilizar obrigatoriamente o leilão, por envolver solução de elevado valor econômico.
E) A contratação deve ocorrer por inexigibilidade, pois a dificuldade de definir previamente a solução torna inviável qualquer competição.

Questão 33. Um município celebrou contrato administrativo para prestação contínua de serviços de manutenção predial. Durante a execução, a Administração identificou necessidade de alterar quantitativamente parte do objeto para adequá-lo ao interesse público. O contratado alegou que qualquer modificação dependeria obrigatoriamente de sua concordância prévia. Paralelamente, a autoridade competente praticou ato formal determinando a alteração, devidamente motivado e fundamentado na legislação aplicável. Com base na Lei n.º 14.133/2021 e na teoria dos atos administrativos, analise as assertivas:
I. Os contratos administrativos possuem prerrogativas próprias da Administração, entre elas a possibilidade de alteração unilateral em hipóteses legalmente previstas.
II. A alteração unilateral pode ser realizada de forma arbitrária, sem necessidade de motivação ou fundamento legal, desde que o gestor alegue interesse público.

III. O ato administrativo que determina alteração contratual deve observar elementos como competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
IV. A alteração unilateral do contrato não afasta a necessidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.
V. Todo ato administrativo praticado na execução contratual é válido apenas porque foi emitido por autoridade pública, independentemente de sua conformidade com a lei.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I e III estão corretas.
B) Apenas I, III e IV estão corretas.
C) Apenas II, III e V estão corretas.
D) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 34. Em determinado município, três agentes públicos são investigados por condutas distintas. O primeiro recebeu vantagem econômica indevida de empresa interessada em contrato público. O segundo autorizou, de forma dolosa, pagamento irregular que provocou perda patrimonial efetivamente comprovada ao Município. O terceiro praticou ato ilegal que violou deveres de honestidade e imparcialidade, mas não gerou enriquecimento ilícito nem prejuízo ao erário. Com base na atual redação da Lei n.º 8.429/1992, analise as assertivas:
I. A obtenção dolosa de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício da função pública pode caracterizar ato de improbidade por enriquecimento ilícito.
II. Para a configuração de ato de improbidade que cause prejuízo ao erário, exige-se, em regra, ação ou omissão dolosa e perda patrimonial efetiva e comprovada.
III. Todo ato ilegal praticado por agente público configura automaticamente improbidade administrativa, ainda que não haja dolo com finalidade ilícita.
IV. Os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública exigem conduta dolosa e podem ser configurados mesmo sem dano ao erário ou enriquecimento ilícito, desde que presentes os requisitos legais.
V. Após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, a mera culpa continua suficiente para caracterizar qualquer das modalidades previstas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas II, III e V estão corretas.
D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 35. Uma prefeitura identificou atrasos frequentes na tramitação de processos, retrabalho entre setores e dificuldade de comunicação interna. Para enfrentar o problema, a administração decidiu mapear processos, definir responsabilidades, estabelecer indicadores de desempenho e acompanhar periodicamente os resultados alcançados. Considerando princípios e práticas de gestão administrativa, analise as assertivas:
I. O mapeamento de processos pode contribuir para identificar gargalos, duplicidades e oportunidades de melhoria.
II. A definição clara de responsabilidades favorece a coordenação das atividades e a redução de falhas operacionais.
III. Indicadores de desempenho servem apenas para controle punitivo dos servidores, não possuindo utilidade para planejamento e melhoria da gestão.
IV. O acompanhamento sistemático de resultados permite avaliar se as ações administrativas estão alcançando os objetivos previstos.
V. A melhoria contínua pressupõe revisão periódica de procedimentos e adoção de medidas corretivas quando necessárias.

Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
D) Apenas II, III e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 36. Um município mantém em seu portal eletrônico informações sobre receitas, despesas, contratos, licitações, estrutura administrativa e programas públicos. Paralelamente, um cidadão apresenta pedido formal solicitando cópia de documentos referentes a determinado contrato administrativo que não estavam disponíveis no site. Com base na Lei de Acesso à Informação e nos conceitos de transparência ativa e passiva, analise as assertivas:
I. A divulgação espontânea de informações de interesse coletivo ou geral pelo órgão público caracteriza transparência ativa.
II. O fornecimento de informações em resposta a pedido apresentado por cidadão caracteriza transparência passiva.
III. A existência de portal da transparência dispensa o órgão público de responder a pedidos individuais de acesso à informação.
IV. A transparência ativa e a passiva são mecanismos complementares de promoção do acesso à informação e do controle social.
V. O cidadão deve, obrigatoriamente, apresentar justificativa sobre a finalidade do pedido de acesso à informação.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I e II estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas II, III e V estão corretas.
D) Apenas I, III e IV estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 37. Durante a análise das contas de determinado órgão público, foram identificadas possíveis irregularidades na execução orçamentária, financeira e patrimonial. A equipe de controle interno registrou os achados e encaminhou as informações aos órgãos competentes. Paralelamente, o Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, passou a fiscalizar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados. Com base nos arts. 70 a 75 da Constituição Federal, analise as assertivas:
I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública deve observar, entre outros aspectos, a legalidade, a legitimidade e a economicidade.
II. O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas.
III. Os sistemas de controle interno têm, entre suas finalidades, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
IV. Ao tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, os responsáveis pelo controle interno podem permanecer inertes até eventual provocação do Tribunal de Contas.
V. As normas estabelecidas para o Tribunal de Contas da União aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como aos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I, II e III estão corretas.
B) Apenas I, II, III e V estão corretas.
C) Apenas II, IV e V estão corretas.

D) Apenas I, III e IV estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 38. Durante a revisão de procedimentos internos de uma prefeitura, a controladoria identificou três situações: um servidor favoreceu conhecido em atendimento público; outro setor deixou de divulgar ato administrativo de interesse coletivo sem justificativa legal; e uma unidade administrativa manteve procedimento excessivamente burocrático, gerando atrasos e desperdício de recursos. Com base na Constituição Federal de 1988, especialmente no art. 37, analise as assertivas:
I. O favorecimento pessoal no atendimento público pode violar o princípio da impessoalidade.
II. A ausência injustificada de divulgação de ato de interesse coletivo pode contrariar o princípio da publicidade.
III. A manutenção de procedimentos ineficientes e excessivamente burocráticos pode contrariar o princípio da eficiência.
IV. O princípio da legalidade permite ao agente público agir livremente sempre que a lei não proibir expressamente sua conduta.
V. Os princípios constitucionais da Administração Pública vinculam apenas o Poder Executivo, não alcançando os demais Poderes quando exercem função administrativa.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I e II estão corretas.
B) Apenas I, II e III estão corretas.
C) Apenas II, III e IV estão corretas.
D) Apenas I, III e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 39. Em determinado município, o secretário de Administração distribuiu tarefas entre setores subordinados, revisou ato praticado por servidor hierarquicamente inferior e aplicou sanção disciplinar após regular processo administrativo. Em outra situação, a fiscalização municipal interditou estabelecimento que funcionava em desacordo com normas de segurança. Com base nos poderes da Administração Pública, analise as assertivas:
I. A distribuição de funções e a revisão de atos de subordinados relacionam-se ao poder hierárquico.
II. A aplicação de sanção a servidor público, após processo regular, decorre do poder disciplinar.
III. A interdição de estabelecimento por descumprimento de normas administrativas pode decorrer do poder de polícia.
IV. O poder regulamentar autoriza o agente municipal a criar obrigações novas sem fundamento em lei.
V. O exercício dos poderes administrativos deve observar legalidade, finalidade pública e os limites definidos pelo ordenamento jurídico.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I e II estão corretas.
B) Apenas I, II e III estão corretas.
C) Apenas I, II, III e V estão corretas.
D) Apenas II, IV e V estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.

Questão 40. Em determinado município, atuam um prefeito eleito, servidores efetivos aprovados em concurso, ocupantes de cargos em comissão e empregados de uma empresa pública municipal. Durante uma capacitação, discutiu-se que todos exercem funções relacionadas à atuação estatal, embora submetidos a regimes jurídicos distintos. Com base no conceito de agentes públicos, analise as assertivas:

I. Agente público é expressão ampla que abrange todas as pessoas que exercem, ainda que temporariamente ou sem remuneração, função pública.
II. Servidores públicos efetivos, ocupantes de cargos em comissão e agentes políticos podem ser compreendidos como espécies de agentes públicos.
III. Empregados de empresas públicas não podem ser considerados agentes públicos, pois possuem vínculo celetista.
IV. O prefeito municipal é considerado agente político.
V. O fato de determinado agente exercer função temporária impede seu enquadramento como agente público.
Assinale a alternativa correta:
A) Apenas I e II estão corretas.
B) Apenas I, II e IV estão corretas.
C) Apenas II, III e V estão corretas.
D) Apenas I, III e IV estão corretas.
E) I, II, III, IV e V estão corretas.